



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HIDRICOS DO AMAZONAS – CERH-AM,
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE
2016.

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, de 09h30 as 11h, na Sala de Reunião Engels Medeiros na Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM, situado a Av.: Joaquim Nabuco, 1919 – Centro, Manaus-AM, foi realizada a 32ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Amazonas – CERH-AM, onde se discutiu a seguinte pauta: **1** - Abertura da reunião pelo Presidente do CERH; **2** – Leitura e aprovação da ATA da 31ª Reunião Ordinária do CERH do dia 21.09.2016; **3** - Calendário 2017; **4** - Apresentação dos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica do Tarumã Açú; **5** – Apresentação do PROCOMITÊ; **6** - Informes e assuntos Gerais. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Antônio Ademir Stroski (SEMA-AM), Delna Maria Brasil (AAM), Katia Viana Cavalcante (CEMAAM), Odinelza Pinho Araújo (COSAMA), Carlos José Bezerra de Aguiar (CPRM), Kyara Martins Formiga (CRBio), Sergio Bringel (CRQ14), Gisely Pereira de Souza (DEFESA CIVIL), Claudio dos Santos Belém (DEFESA CIVIL MANAUS), Izete Rodrigues Rabelo (FETAGRI), Renée Fagundes Veiga (FIEAM), Alfonso Quijano Pessoa (FUNASA), Rosa Mariette Oliveira Geissler (IPAAM), Alvimar D'Agostini (LA SALLE), Valdemir Ferreira Desoozx (SEDUC), Ingo Daniel Wahnfried (UFAM). Estiveram presentes como convidados: Sergio Miranda (IMA), Lucienne Castro (ARSAM), Teruaki Yamasisui (FIEAM), Elcimar Correa de Souza (Inst. Poraquê), Sandra Regina Loyo P. Barroncas (SEMA), Izaias Nascimento dos Santos (SEMA), Marcele de Freitas Lopes (SEMA), Jose Carlos Monteiro de Souza (SEMA), Andrezza Suellen J. Lameira (SEMA), Maycon Douglas de O. Castro (SEMA), José Narbaes (SEMA), Florêncio Ivani de Castro Rodrigues (SEMA) e Glauce Maria Tavares Monteiro (SEMA). O Presidente Antonio Ademir Stroski iniciou a reunião às 09h30, dando boas vindas aos conselheiros presentes e falou que a exemplo do havia feito no dia anterior no Conselho de Meio Ambiente – CEMAAM, gostaria de registrar o lamentável acidente aéreo que vitimou cinco pessoas conhecidas e duas delas ligadas ao meio ambiente o Eng.º Henrique e o Geólogo Fred Cruz, que estavam no avião daquela viagem fatídica exatamente para ver a questão do garimpo em Novo Aripuanã onde se encontra uma grande concentração de balsas. Acidente este ocorrido no dia 07/12/16 (última quarta-feira), na ocasião o Presidente fez a leitura de uma



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

35 nota de pesar elaborada pela SEMA e compartilhada com todos por meio do whatsapp e
36 solicitou que todos os presentes ficassem de pé para dar uma salva de palmas em
37 homenagem aos dois. Dando seguimento a reunião o Presidente passou para o próximo
38 ponto de pauta que trata sobre a leitura e aprovação da Ata da 31ª Reunião Ordinária do
39 CERH. Não havendo manifestação. Deu-se por APROVADA. Passo seguinte, aprovação do
40 calendário de reunião prevista para 2017. O Presidente falou que, poderá fazer
41 convocações para reuniões extraordinárias intercaladas antes da primeira reunião que está
42 prevista para acontecer no dia 15 de março e muito provavelmente antes de terminar o mês
43 de fevereiro por absoluta necessidade. O Presidente perguntou se algum conselheiro
44 gostaria de fazer alguma consideração para as datas propostas. A Conselheira Delna
45 (AAM) falou que seria bom as quarta-feira. O Presidente esclareceu que essas datas serão
46 todas na quarta-feira. O Presidente falou que, no dia anterior foi definida a agenda preliminar
47 para as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Meio Ambiente, onde serão
48 realizadas todas as sextas-feiras, por conta de proposta apresentadas foi discutido e assim
49 decidido. Dessa forma, não havendo manifestação em contrário, considera-se essa agenda
50 preliminar para 2017, APROVADA. O Presidente falou que tem uma apresentação para
51 fazer sobre as atividades realizadas no ano de 2016, que não está em pauta, porém se faz
52 necessário essa informação. Que iria deixar para depois, mas prefere fazer logo porque
53 posteriormente seguiremos uma ordem cronológica, pelo fato do quarto item da pauta tratar
54 sobre comitê de bacia. Ao iniciar sua apresentação o Presidente falou que e que se o Sr.
55 José Carlos ou o Sr. Isaias quisessem fazer alguma observação poderiam interromper a
56 qualquer tempo. O Presidente deu inicio a sua apresentação sobre as atividades
57 desenvolvidas pela SEMA e a prestação de contas dos recursos do PROGESTÃO no
58 decorrer do ano de 2016. Falou que tem vivenciado na SEMA problema com o garimpo na
59 calha do madeira, com isso alocamos recursos para trabalhar o ZEE do madeira. Falou que
60 o rio madeira é uma hidrovia federal estratégica não só para economia do Amazonas, mas
61 também para os Estados de Rondônia e Roraima. Ressaltou que temos uma relação muito
62 boa com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Rondônia e que a gente comece a
63 discutir a bacia hidrográfica do madeira, falou que vai compartilhar tudo que for feito e que
64 Agencia Nacional de Aguas – ANA será consultada evidentemente. Comentou que temos
65 Comitês importantes assim como, o Tarumã e Puraquequara e que recebemos uma
66 demanda agora, de pessoas preocupadas com a integridade das nascentes e afluentes do
67 rio Miriti em Manacapuru, principalmente através da questão de ocupação e loteamento
68 ilegal assim como do desmatamento que está acontecendo na região. Essas pessoas nos



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

69 procuraram na esperança de criar uma RDS. Foi feito um levantamento onde constatou-se
70 que a área faz parte de uma ARPA municipal, sendo assim, não tinha como criar uma RDS.
71 Foi sugerido criar um comitê de bacia hidrográfica do rio Miriti, interesse manifestado pelo
72 pessoal de Manacapuru e certamente terá início nessa agenda para 2017. O Presidente
73 reafirmou que o Comitê do rio Puraquequara é um ato que realmente precisa sair. Informou
74 também instalação de duas PCDs nos Municípios de Eirunepé e São Gabriel da Cachoeira.
75 Dessa forma, já começaremos o ano de 2017 com a agenda cheia. Encerrada a
76 apresentação, o Presidente abriu para manifestação dos conselheiros que queiram dar suas
77 contribuições. O Presidente pediu que quando os conselheiros fossem manifestar-se, se
78 identificassem, pois a reunião estava sendo gravada, e na oportunidade agradeceu a
79 FIEAM, por disponibilizar esse espaço tão confortável, funcional e prático para os conselhos
80 que preside e ainda coloca o serviço de apoio com gravação de áudio. O Professor Ingo
81 Daniel (UFAM) disse que: gostaria de ter um pouco mais de esclarecimento sobre a questão
82 do edital do Plano Estadual de Recursos Hídricos que tá disponível no site e que vai ficar
83 disponível por 45 dias, e falou também que, em conversa com o Professor Albertino, ele
84 pediu para trazer também algumas questões a respeito do plano, como por exemplo, esse
85 próprio mapa que foi definido com as nove regiões hidrográficas, e fez a seguinte pergunta:
86 Se isso faz parte do conhecimento básico que vai ser transferido para a empresa que
87 ganhar a licitação, para ela trabalhar em cima disso ou vai partir do zero? O Presidente
88 falou que gostaria de dizer publicamente que não é especialista de recursos hídricos, e tem
89 gente nesse conselho que tem domínio do assunto há mais tempo que ele. Falou que as
90 regiões hidrográficas que foram mostradas, e já foi formalmente aprovada pelo conselho e
91 que o ganhador da licitação terá que considerar isso para elaboração do Plano, mas terá
92 que fazer um diagnóstico, por que o plano é "diagnóstico das diretrizes dos recursos hídricos
93 do Estado todo. Sendo assim, os instrumentos legais e as normativas que já temos, além do
94 que disponha o ordenamento legal para a política nacional de recursos hídricos, deve ser
95 considerado, na ocasião falou ao Sr. José Carlos que deve ser disponibilizado a todos os
96 conselheiros o edital, por ser um instrumento público. O Presidente falou que a Secretaria
97 Executiva do Conselho mandará para o e-mail de todos os conselheiros o edital que foi
98 publicado e que está disponível para conhecimento de todos. Falou também que, ele foi
99 uma pessoa que exigiu um pouco mais de qualificação, porque quer que quem seja
100 realmente do ramo, elabore o Plano, por isso se agregou um pouco mais de exigência do
101 corpo técnico que vai tratar disso, e sempre disse que na licitação temos que ter um pessoal
102 com qualificação senão cai sobre a Secretaria. Após esclarecimentos o Presidente abriu



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

103 para manifestação dos conselheiros. O conselheiro Sergio Bringel (CRQ) falou que, a
104 informação que pode dar sobre as regiões é que o Albertino participou ativamente, inclusive
105 foi o relator da matéria e foi aplicado uma metodologia pois não deu para seguir a
106 metodologia de OTO, pois fica muito difícil aplicar aquela metodologia e criar comitês de
107 bacias, e foi exatamente pensando na gestão de todo o recurso hídrico do estado do
108 Amazonas que se dividiu em 9 regiões de acordo com a característica de cada região e que
109 esse tramite deve constar dentro do Plano. O Sr. José Carlos (SEMA) falou que realmente
110 vai fazer parte, porque é uma resolução que foi publicada e toda documentação será
111 entregue a empresa que ganhar a licitação, para que ela siga todas essas normas. Outro
112 ponto que o Sr. José Carlos acrescentou é que o edital é pago e não tem como mandar aos
113 conselheiros e qualquer pessoa que queira tirar o edital tem que pagar e o preço quem
114 decide é a comissão de licitação. O Presidente disse que, todo processo administrativo
115 licitatório é público, mas é claro que tem uma questão de disputa do processo licitatório, que
116 é essa questão que o José Carlos levantou, ressaltou porém, que tem informações técnicas
117 que podem ser compartilhadas com os conselheiros sem problema algum, até mesmo
118 porque são informações do Projeto Básico. Falou também que, a questão de comprovação
119 dos recursos, quando o recurso é do Estado, o Tribunal de Contas tem atuado e já fomos
120 auditados recentemente pelo Tribunal de Contas da União, tem questionamentos que foram
121 apresentados, inclusive o que foi conveniado com a AADES e a forma como está sendo
122 executado esse recurso, é informado ao conselho a prestação de contas do que será
123 executado, e coloca a disposição de qualquer um conselheiro que queira ter acesso, sem
124 burocracia. Informou que tem conversado com a equipe da secretaria para reformular a
125 página da secretaria de forma que seja bilíngue, para facilitar o entendimento dos parceiros
126 que apoiam a SEMA e facilitar o diálogo que mantém com pessoas de várias partes do
127 mundo, e vai constar na página tudo sobre os conselhos, inclusive o saldo dos recursos. O
128 Sr. Elcimar Souza (Instituto Poraquê) falou que dada à transparência e por uma
129 concorrência que acredita mais leal, e por não conhecer de fato e de que maneira esse
130 edital vai sair, uma proposição do Instituto Poraquê é que ao invés de colocar apenas uma
131 empresa para essas regiões, porque não fatiar, ao invés e colocar no edital as setes regiões
132 para ser concorridas por várias empresas? O Presidente informou que foi feita a licitação
133 para a elaboração do Plano e que não se vai fazer a gestão de recursos, o Plano é diferente
134 ele se constitui nas seguintes etapas: a empresa ou instituição que se habilitar dentro dos
135 critérios colocados pelo edital de licitação e apresentar corpo técnico, qualificação e acervo
136 técnico, ou seja, preenche os requisitos para elaborar o plano de recursos hídricos, terá que



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

137 fazer todo o diagnostico, da situação dos recursos hídricos no Estado da legislação
138 existente, das normativas, das características hidrogeológicas, e através de todas essas
139 informações, irá estabelecer diretrizes de como vamos implementar a política de recursos
140 hídricos no âmbito do Estado. Logo, não vamos fazer nesse Plano a gestão das sub-
141 regiões, essas sub-regiões foram criadas do ponto de vista das bacias que compõe o
142 Estado, e tudo que esta dentro dos limites do nosso território e para um ordenamento futuro
143 dos comitês de bacias, implementação de políticas. As regiões hidrográficas tem uma
144 questão didática de ordenamento, é uma informação a ser considerada no Plano, não é que
145 é essa empresa que vai fazer não, a instituição a ser contratada tem a missão de fazer as
146 consultas públicas, fazer o levantamento de dados, elaborar todas as diretrizes e colocar
147 para consultar pública para discussão e aprovação para que a gente tenha depois um
148 produto dizendo: "olha o Estado tem um Plano Estadual de Recursos Hídricos, que fez o
149 diagnóstico consistente considerou todo dispositivo que nós já temos legais e propõe novos
150 dispositivos complementares para que possamos fazer a gestão dos Recursos Hídricos e
151 estabelece uma linha em um universo de tempo, que certamente com quatro anos precisa
152 ser renovada". O Conselheiro Sergio Bringel (CRQ) falou que a visão foi no sentido
153 administrativo, essas nove regiões seriam onde se agregariam as bacias, dessas regiões
154 então a partir daí se faria uma administração, e falou também que, na época tiveram
155 problemas e ele visitou alguns municípios, inclusive município da calha do Purus, não queria
156 ficar na bacia do Purus porque fazia suas obrigações em Manacapuru e queria ficar no
157 Solimões. O Sr. José Carlos (SEMA) disse que esse recurso financeiro é uma parceria entre
158 o Fundo Nacional de Meio Ambiente e a Secretaria de Recursos Hídricos Urbanos, então
159 esse dinheiro vem de Brasília, e quando fizeram esse acordo com todos os Estados, eles já
160 mandam um Projeto Básico, quase fechado como sugestão de proposta deles, é elaborado
161 inclusive junto com a ANA, então não é uma coisa que eles mandaram, para ser feito de
162 qualquer jeito, e não é assim, teve todo um processo que teve que se seguir, foi feito uma
163 proposta e foi encaminhada a Brasília e eles demoraram a responder e quando
164 responderam não concordaram com a nossa proposta. O Conselheiro Alvimar (LA SALLE)
165 perguntou se uma vez elaborado o Plano, quem vai homologar esse plano feito pela
166 empresa ganhadora da licitação? É uma comissão interna da secretaria? Ou vem para o
167 conselho, ou seja, quem vai fazer a homologação? Dizendo que o plano esta de acordo. O
168 Presidente falou que, tem uma câmara técnica, mas o Plano será submetido a consulta
169 pública, ele foi colocado também na web, damos um prazo para as contribuições, depois
170 realiza uma consulta pública presencial com as contribuições feitas, e passo a passo vai ser



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

171 acompanhado por esse conselho também e o conselho vai constituir uma câmara específica
172 para analisar e em seguida será publicado no Diário Oficial. O Conselheiro Sergio Bringel
173 (CRQ) disse que concorda com o representante da SEMA, quando se diz que foi feito umas
174 alterações e o MMA rejeitou algumas informações, e essas informações precisamos saber
175 se realmente estão dentro das nossas características, porque muitas vezes as pessoas
176 colocam os projetos já prontos sem coincidir nada com nossas características, e precisamos
177 saber para poder avaliar. O Sr. José Carlos (SEMA) falou que o projeto não é pronto e que
178 existem umas definições dentro do projeto básico, algumas recomendações do Ministério,
179 que são padrões para ser feito no plano de acordo com o Plano Nacional de Recursos
180 Hídricos, só que foi sugerido algumas mudanças, separar alguma licitação, parte da outra
181 para tentar ir mais rápido, trocando alguns elementos de despesas e eles não concordaram,
182 foi uma mudança técnica, e sim, mais mexer com a verba para poder ser mais ágil. O
183 Presidente fez o seguinte comentário: sobre o conteúdo do Plano: na verdade, o que o
184 Plano tem que ter está definido no Plano Nacional de Recursos Hídricos e nossa política
185 estadual também trata disso. Falou que acha importante o conselho participar da elaboração
186 do Plano, e que acompanhe pare passo, que faça um trabalho de qualidade e que seja
187 exigente com quem vai conduzir e executar, foi dado um prazo de 18 meses para
188 elaboração do Plano. A Sra. Marcele Freitas (SEMA) falou que o fiscal do convenio em
189 Brasília, deseja que na próxima reunião do comitê, ele participe também que dará mais
190 legitimidade e transparência e ele vai ver que realmente estamos atuando, executando e
191 fazendo algo com transparência, irá informar da próxima reunião para que ele possa estar
192 presente. Passo seguinte, apresentação dos membros que concorrem a diretoria da Bacia
193 do Tarumã Açú. O Conselheiro Sergio Bringel (CRQ) pediu para fazer uma prestação de
194 contas antes da apresentação da câmara técnica de bacia. O Conselheiro Sergio Bringel
195 (CRQ) disse que a Câmara Técnica de Bacias tem a incumbência de reativar o comitê de
196 bacias do tarumã e do Puraquequara. Quanto ao comitê do Puraquequara ainda não foi
197 trabalhado, primeiro está tentando resolver o do Tarumã, que já estava criado e que só
198 estava afastado, assim dizendo. No dia 05 de novembro, aconteceu a primeira reunião no
199 âmbito da câmara técnica e foi discutida a reativação do comitê, e essa reunião foi muito
200 proveitosa porque de lá já saiu uma prévia de uma chapa, inclusive a pessoa que se
201 candidatou está aqui presente e depois irá se apresentar e com isso na próxima reunião,
202 que será dia 21 próximo, realizar a eleição da diretoria da Bacia do Tarumã, na sequencia
203 será feito o relatório de encerramento das atividades para o comitê do Tarumã e
204 apresentado a este conselho, para na sequencia iniciar o processo do comitê do



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

205 Puraquequara. O Presidente falou que em questão do comitê de Bacia do Tarumã, ficou
206 inativo durante seis anos, a última reunião do conselho foi em maio de 2010, e todos
207 conselheiros sabem que nessa bacia do tarumã, se tem problema de toda ordem, e foi
208 identificada a necessidade de retomar os comitês de bacias e não somente fazer isso, mas
209 também não perder o que foi feito até então, assim como, o histórico do que foi construído,
210 as contribuições que outras pessoas que conduziram o comitê, pessoas da academia e
211 outras pessoas que doaram de si para o comitê, então, é resgatar o que foi feito, consolidar
212 e restituir plenamente o comitê para que ele possa atuar e fortalecer mais adiante o
213 licenciamento ambiental passando a ter um diálogo com o comitê de bacia, pois o
214 licenciamento ambiental não dialoga com o comitê de bacia, Nesse sentido, foi realizada
215 uma reunião, onde se teve o assessoramento da Solange que passou muito tempo
216 contribuindo, pois ela fazia parte de uma secretaria executiva do comitê até quando ele
217 parou de se reunir e fazer as tratativas, e nesse tempo a pressão sobre a bacia aumentou
218 consideravelmente, houve uma visita até a comunidade cidade das luzes, então a gestão
219 ambiental passa pelo fortalecimento dos comitês de bacias. O comitê sendo restabelecido, o
220 Presidente do comitê vai convocar reuniões, dessa forma, terão uma condução e
221 deliberação com seus próprios componentes as pessoas que vão fazer parte, assim como,
222 sociedade civil e algumas instituições que tem relação direta ou indireta com o comitê. Na
223 ocasião, o Presidente passou a palavra ao Sr. Sergio Miranda, postulante a condução de
224 Presidente do comitê do Tarumã Açu. O Sr. Sergio Miranda (ISMA) se apresentou aos
225 conselheiros, disse que sua formação é jornalista, mas que acerca de seis anos tem um
226 trabalho sócio ambiental de iniciativa individual, o que aos poucos foi se tornando coletiva na
227 bacia do igarapé do Gigante, que faz parte da Bacia do Tarumã, disse que ficou honrado
228 com sua condução, pois foi um momento oportuno e espera realmente poder fazer um bom
229 trabalho nesses dois anos e conta com a colaboração e parceria de todas as instituições
230 que se relacionam com o tema, e tem a intenção de fazer com que as coisas aconteçam
231 nessa bacia, é uma contradição grande, está dentro da maior bacia hidrográfica do planeta e
232 tratar os recursos hídricos de uma forma tão negligente e absurda, e espera realmente
233 construir um ordenamento para que a coisa siga em um nível muito técnico. O Sr. Isaias
234 Nascimento (SEMA) disse que a título de informação a reunião do comitê irá acontecer no
235 auditório da CPRM, às 09h, no dia 21/11/2016. O Presidente falou que gostaria de
236 compartilhar com os conselheiros, que conversou com o possivelmente presidente do
237 Comitê de Bacia do Tarumã, e já aconteceu até reunião de trabalho, por conta da demanda
238 que está reprimida e tão urgente, que já começou a discutir essas questões para levar para



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

239 o comitê, e na estrutura da secretaria iremos disponibilizar um espaço físico para os comitês
240 de bacias, com mesa, computador, estrutura de apoio para o funcionamento pleno do comitê
241 de bacia, no caso, o do Tarumã e o apoio da equipe da SEMA nesse assessoramento aos
242 membros do comitê de bacia e também depois o do Puraquequera que vai ser restabelecido
243 e os outros que virão. Diante disso, propôs aos conselheiros que na próxima reunião do
244 conselho, seja apresentada a nova diretoria do Comitê do Tarumã, proposta como ponto de
245 pauta da próxima reunião do conselho e tudo que evoluir até a data da próxima reunião será
246 apresentada ao conselho. Passo seguinte, Apresentação do Pró-Comitê. O Sr. José Carlos
247 (SEMA) disse que a sugestão da SEMA era passar para todos os membros do conselho,
248 não só do comitê, como do qualiágua, juntos para analisarem e discutir na próxima reunião
249 do conselho, pensa ser mais coerente, porque tem um termo de compromisso e o
250 Governador ainda não assinou também, e está aguardando o governador assinar e publicar
251 o decreto e outro é um ofício que foi encaminhado a ANA e ainda não foi recebido a
252 resposta. Sendo assim, sugeriu que seja feito os dois juntos na próxima reunião do
253 conselho. O Presidente falou que o Prócomitê foi lançado esse ano, na Bahia, do ponto de
254 vista de solenidade, e como foi colocado como ponto de pauta é importante que se fale
255 sobre o assunto e depois se detalha isso. O Sr. Isaias Nascimento (SEMA) fez um breve
256 relato sobre o que é Prócomitê, o que ele visa e a importância em melhorar a comunicação
257 entre os dois colegiados. Tem a duração de cinco anos, as metas são avaliadas no âmbito
258 do conselho estadual de recursos hídricos, o Estado já pediu a adesão e está só
259 aguardando a resposta da Casa Civil. O Presidente disse que para quem está começando a
260 assumir comitê e tem questões indiscutíveis, e para se realizar alguma coisa, primeiro temos
261 que ter recurso, então já tem um alento, de que podemos dispor de 50 mil reais por cinco
262 anos, para despesas do comitê, e as regras de como vai funcionar isso, os próprios comitês
263 vão cuidar da gestão disso, e o limite é de 500 mil que vai para cada Estado, sendo assim,
264 poderemos ter até dez comitês contemplados. O Sr. Jose Carlos (SEMA) esclareceu que é
265 cinquenta mil para o comitê existente e a prestação de contas é feita pelo comitê existente,
266 diante das metas alcançadas. O Presidente ressaltou que é igual ao Progestão, que o valor
267 de cinquenta mil é passível de glosa, se as metas que o compõe, deixarem de ser
268 cumpridas. Não podendo ser os cinquenta mil, vai ser vinte ou trinta, por exemplo, depende
269 das metas cumpridas., e ainda não sabe como vai ser esse processo, porque foi lançado
270 agora e dependendo das atividades do comitê esse recurso não vai ser suficiente. Diante do
271 que foi exposto, e não mais havendo manifestação, o Presidente desejou a todos os
272 conselheiros e seus familiares um Feliz Natal e um Próspero ano novo, agradecendo a



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

273 todos que contribuíram com as políticas públicas do nosso Estado no decorrer de 2016.
274 Feito isso, o Presidente Antonio Ademir Stroski, deu por encerrada a 32ª Reunião Ordinária
275 do CERH- AM às 11h50. Eu, Glauce Maria Tavares Monteiro, Assessora do CERH, lavrei a
276 presente ATA que incorpora, como anexo, a lista com as respectivas assinaturas de todos
277 os membros presentes.

278

279

280

Secretaria Executiva do CERH